

Despacho n.º 2742/2011

1 — Considerando a proposta da directora executiva do Agrupamento dos Centros de Saúde do Grande Porto I — Santo Tirso/Trofa e o parecer favorável do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., autorizo o exercício das funções médicas em causa pelo aposentado Joaquim Barbosa Ferreira Couto, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de Julho, em particular nos artigos 4.º e 5.º e nos n.ºs 4 e seguintes do artigo 6.º

2 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

1 de Fevereiro de 2011. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

204298714

Despacho n.º 2743/2011

1 — Nos termos do despacho n.º 19070-C/2010, de 21 de Dezembro, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 23 de Dezembro de 2010, e considerando a proposta da direcção do Agrupamento de Centros de Saúde Alentejo Central I e o parecer favorável do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., autorizo o exercício das funções médicas em causa pelo aposentado Rui Jorge Queiroz Costa Magalhães, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de Julho, em particular nos artigos 4.º e 5.º e nos n.ºs 1 a 3 do artigo 6.º

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011.

1 de Fevereiro de 2011. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

204298471

Despacho n.º 2744/2011

1 — Considerando a proposta da direcção do Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VIII e o parecer favorável do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., autorizo o exercício das funções médicas em causa pela aposentada Rosa Cremilde Paiva Rodrigues, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de Julho, em particular nos artigos 4.º e 5.º e nos n.ºs 4 e seguintes do artigo 6.º

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2010.

1 de Fevereiro de 2011. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

204298269

Despacho n.º 2745/2011

Considerando a proposta da directora executiva do Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego I e o parecer favorável do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., autorizo o exercício das funções médicas em causa pela aposentada Maria José Pinto Monteiro, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de Julho, em particular nos artigos 4.º e 5.º e nos n.ºs 4 e seguintes do artigo 6.º

1 de Fevereiro de 2011. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

204298747

Despacho n.º 2746/2011

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 e nos n.ºs 4 e 5, todos do artigo 18.º, dos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, sob proposta do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E., é designado o Prof. Doutor Álvaro da Cunha Gomes Rodrigues presidente do conselho consultivo do referido Centro Hospitalar.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 20 de Março de 2010.

1 de Fevereiro de 2011. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

204298852

Despacho n.º 2747/2011

Nos termos do despacho n.º 19070-C/2010, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, de 21 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 23 de Dezembro de 2010, e considerando a proposta do conselho de administração do

Centro Hospitalar do Oeste Norte e o parecer favorável do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., autorizo o exercício das funções médicas em causa pela aposentada Maria Manuela Serrazina Lameiras Figueiredo Ribeiro, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de Julho, em particular nos artigos 4.º e 5.º e nos n.ºs 1 a 3 do artigo 6.º

1 de Fevereiro de 2011. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

204298366

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Despacho (extracto) n.º 2748/2011

Por despacho do Vogal do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 17/01/2011:

Paula de Jesus Pereira Andrade, enfermeira graduada, a exercer funções no ACES XII — Vila Franca de Xira, autorizada a cessação do regime de horário acrescido, ao abrigo do artigo 55.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 437/91 de 8 de Novembro, com efeitos reportados a 21/01/2011.

21 de Janeiro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Rui Portugal*.

204296965

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Declaração de rectificação n.º 318/2011

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 2686/2011, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 26 de Janeiro de 2011, a p. 5160, relativo à abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de um trabalhador na carreira/categoria de técnico superior, rectifica-se que onde se lê «por meu despacho de 29.07.2010» deve ler-se «por meu despacho de 13 de Janeiro de 2011».

26 de Janeiro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Castel-Branco Goulão*.

204297759

Delegação Regional do Norte

Despacho n.º 2749/2011

Nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de Janeiro, e no uso da autorização concedida pelo n.º 4, da Despacho n.º 11604/2010, publicado no *Diário da República* n.º 137, 2.ª série, de 16 de Julho de 2010, com a declaração de rectificação n.º 1489/2010, de 27 de Julho de 2010 subdelego:

1 — Nos subdelegados regionais da Delegação Regional do Norte, do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., o poder necessário para a prática dos seguintes actos:

1.1 — No âmbito da gestão de recursos humanos:

a) Autorizar a prestação e o pagamento do trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 161.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, para além dos limites fixados no n.º 1 da citada disposição legal e com a observância do limite imposto pelo corpo do n.º 2;

b) Autorizar a prática de horário acrescido, bem como fazê-lo cessar, nos termos do regime legal da respectiva carreira;

c) Autorizar a inscrição e participação dos trabalhadores dos serviços em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram fora do território nacional, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, do Conselho da Europa e da Organização Mundial da Saúde, nos termos da legislação aplicável e com observância do disposto no Despacho n.º 867/2002 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, n.º 11, de 14 de Janeiro de 2002, quando não importem custos para o serviço.

1.2 — No âmbito da gestão orçamental, exceptuando o PIDDAC:

- a) Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até (euro) 150.000,00;
- b) Designar os júris e delegar a competência para proceder à audiência prévia cujo valor não exceda o agora subdelegado;
- c) Conceder adiantamentos a empreiteiros e a fornecedores de bens e serviços de preço de valor igual ou inferior a (euro) 45 000, desde que respeitados os condicionalismos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

2 — Os subdelegados regionais apresentarão, com uma periodicidade trimestral, um relatório síntese com elementos estatísticos e de custos relativos aos actos praticados, de harmonia com a alínea a) do n.º 1.1 da presente deliberação.

3 — Os subdelegados da Delegação Regional do Norte são:

A licenciada Maria de Fátima Magalhães Alves Machado;
O licenciado José António Santos Silva.

4 — A presente deliberação produz efeitos a 18 de Fevereiro de 2010, ficando por este meio ratificado todos os actos praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados.

5 — São igualmente ratificados os actos previstos na presente deliberação e praticados desde 31 de Outubro de 2009 até 17 de Fevereiro de 2010.

1 de Setembro de 2010. — O Delegado Regional do IDT, I. P., *Adelino Fernando do Vale Ferreira*.

204295596

Despacho n.º 2750/2011

Nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de Janeiro, e no uso da autorização concedida pelo n.º 4, da Despacho n.º 16065/2010, publicado no *Diário da República* n.º 207, 2.ª série, de 25 de Outubro de 2010, com a declaração de rectificação n.º 2293/2010, de 10 de Novembro de 2010 subdelego:

1 — Nos Directores dos Centros de Respostas Integradas, na Directora da Unidade de Desabitação do Norte, na Directora da Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra, e na Directora da Unidade de Alcoologia do Porto, da Delegação Regional do Norte do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., o poder necessário para a prática dos seguintes actos, na área de influência das referidas Unidades:

1.1 — No âmbito da orientação e gestão da delegação regional, respectivamente:

- a) Exercer os poderes de direcção, gestão e disciplina do pessoal;
- b) Praticar actos respeitantes ao pessoal previstos na lei e nos estatutos;
- c) Praticar os demais actos de gestão decorrentes da aplicação dos estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços;
- d) Superintender na utilização racional das instalações afectas aos respectivos serviços, bem como a sua manutenção, conservação e beneficiação;
- e) Promover a melhoria de equipamentos que constituam infra-estruturas de atendimento;
- f) Velar pela existência de condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, garantindo, designadamente, a avaliação e registo actualizado dos factores de risco, planificação e orçamentação das acções conducentes ao seu efectivo controlo;
- g) Gerir de forma eficaz e eficiente a utilização e conservação dos equipamentos afectos aos respectivos serviços.

1.2 — Nos domínios das alíneas a) e b) do número anterior:

- a) Dinamizar e Acompanhar o processo de avaliação do méritos dos trabalhadores, funcionários ou agentes, garantindo a aplicação uniforme do regime de avaliação no âmbito dos respectivos serviços;
- b) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, observados os condicionalismos legais, bem como estabelecer os instrumentos e práticas que garantam o controlo da respectiva assiduidade;
- c) Justificar ou injustificar faltas.

2 — Os Directores das Unidades são:

Centro de Respostas Integradas de Bragança — Licenciado Fernando Ferreira da Silva Andrade;
Centro de Respostas de Braga — Licenciado Luís Miguel da Silva Viana;
Centro de Respostas Integradas do Porto Central — Licenciada Joana Mafalda Moutinho Queiroga Barroso Coutinho;

Centro de Respostas Integradas do Porto Ocidental — Licenciado António Júlio De Jesus Roque;

Centro de Respostas Integradas do Porto Oriental — Licenciado António Jorge da Silva Barbosa;

Centro de Respostas Integradas de Viana do Castelo — Licenciado Augusto Alberto Gonçalves de Queirós Martins;

Centro de Respostas Integradas de Vila Real — Licenciado Armindo Marcos Martins Guerra Liberal;

Directora da Unidade de Desabitação do Norte — Licenciada Maria Georgina Esteves Afonso Samico Gonçalves;

Directora da Comunidade Terapêutica Ponte da Pedra — Licenciada Maria Susana Ribeirinha Cardoso de Carvalho;

Directora da Unidade de Alcoologia do Porto — Licenciada Laura Matilde de Carvalho Folgado Lessa.

3 — A presente deliberação produz efeitos desde 18 de Fevereiro de 2010, ficando por este meio ratificado todos os actos praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados.

4 — São igualmente ratificados os actos previstos no presente despacho e praticados desde 31 de Outubro de 2009 até 17 de Fevereiro de 2010.

24 de Janeiro de 2011. — O Delegado Regional do Norte do IDT, I. P., *Adelino Fernando do Vale Ferreira*.

204295603

Instituto Nacional de Saúde
Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Contrato (extracto) n.º 97/2011

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que ao sétimo dia do mês de Janeiro de 2011, entre o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, representado pelo Presidente do Conselho Directivo, Prof. Doutor José Pereira Miguel e os trabalhadores a seguir elencados, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, ficando os mesmos integrados na categoria de técnico de 2.ª classe da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, profissão de análises clínicas e de saúde pública, posicionados entre os níveis 11 e 12 da tabela remuneratória única, com a remuneração de €1.020,06 (mil e vinte euros e seis centimos):

Número de Identificação Fiscal — Nome:

234069376 — Ana Rita Gonçalves Alcântara

242197183 — Nuno Miguel da Silva Maia

217780628 — Sílvia Tadeu Anjos Pires

28 de Janeiro de 2011. — O Presidente do INSA, IP, *Prof. Doutor José Pereira Miguel*.

204293781

Instituto Português do Sangue, I. P.

Aviso n.º 3997/2011

De acordo com as regras fixadas nos artigos 46.º a 48.º, 74.º a 76.º e 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, o dirigente máximo do serviço tem a possibilidade de fixar o universo dos cargos e o das carreiras e categorias onde a atribuição de prémios de desempenho pode ter lugar, com as desagregações necessárias do montante disponível em função de tais universos.

A lei de execução orçamental aprovada pelo Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, determinou a cativação de 40% das dotações orçamentais dos órgãos ou serviços afectas a despesas com pessoal, destinadas a suportar os encargos com as alterações gestionárias e excepcionais de posicionamento remuneratório e a atribuir os prémios de desempenho.

Atendendo às verbas disponíveis após a cativação, ordenaram-se os profissionais em causa por carreiras e pela ordem decrescente da classificação quantitativa.

Assim,

Considerando que, em 19 de Abril de 2010, o Conselho de Coordenação e Avaliação validou as avaliações de desempenho dos profissionais